

Matemática na Escola Normal de Natal/RN (1896 – 1925): alguns fragmentos de história

Márcia Maria Alves de Assis⁹⁹

Iran Abreu Mendes¹⁰⁰

RESUMO

Neste artigo descrevemos uma construção historiográfica acerca das matemáticas escolares do ensino primário abordadas na Escola Normal de Natal (RN) entre 1896 e 1925. Nossa principal finalidade foi explorar documentos sobre as trajetórias matemáticas na referida escola, com vistas a apontar evidências das implicações legais desse período nas recorrências metodológicas e na construção dos programas de ensino dessas matemáticas escolares. Para alcançar nossos objetivos recorreremos aos princípios teóricos relacionados à história das disciplinas escolares, com base em Chervel (1990). O método utilizado para a aproximação historiográfica baseou-se na exploração e reorganização de informações presentes em múltiplas fontes históricas impressas constituídas da cultura escolar, com base em Julia (2001). Como este artigo se refere a parte de uma pesquisa de doutorado que abrange a primeira metade do século XX, apontamos nossas reflexões sobre o estudo no período citado, fato que consideramos conclusivos para o período proposto.

Palavras-Chave: Matemática escolar. Ensino primário. Escola Normal.

Introdução

Neste artigo nos reportaremos a algumas considerações sobre o ensino de matemática no estado do Rio Grande do Norte (RN), tomando como fonte documental principal alguns Relatórios da Província¹⁰¹ do RN correspondentes ao período de 1896 a 1925. Elegemos este período em virtude de nosso interesse apontar para a compreensão

⁹⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN e docente do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, IFESP. marciageomat@ig.com.br.

¹⁰⁰ Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. iamendes1@gmail.com.

¹⁰¹ Para nosso estudo fizemos um recorte na temática de Educação, dos Relatórios da Província do Rio Grande do Norte, no (*Center for Research Libraries Global Resources Network*), disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte.

do ensino, pois nosso objeto de pesquisa refere-se ao ensino de matemática na Escola Normal de Natal na primeira metade do século vinte.

Além dos relatórios dos presidentes da província, nos respaldamos em outros documentos, tais como legislação e documentos escolares da época, que contribuíram para nossa descrição, compreensão e explicação do objeto de estudo. Com vista a compreender a Matemática como disciplina na Escola Normal em seus múltiplos aspectos.

Desse modo, apresentamos neste artigo nossas compreensões acerca da Matemática escolar do ensino primário abordado na Escola Normal de Natal, aqui descrito aqui em três partes. A primeira parte se refere a esta introdução, onde situamos nosso objeto de estudo. Na segunda parte nos detivemos ao período de 1896 a 1908, em que ainda não havia uma Escola Normal de fato organizada e consolidada no Estado do RN, porém já havia algumas tentativas de implantação desta. Na terceira parte nos referimos ao período de 1908 a 1925, marcado pelo Decreto de criação da Escola Normal (1908) e reforma da Instrução Pública do RN em 1916 e 1925.

No nosso estudo consideramos necessário entender a Cultura Escolar, como, “um conjunto de normas que definem conhecimento a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001, p. 09). Neste caso, os documentos analisados por nós foram de extrema importância nesta compreensão.

Procuramos estabelecer relações entre os documentos pesquisados, de modo a compreender o percurso da Matemática que pudesse nos fornecer informações para a escrita dessa história, o que nos remete a uma disciplina escolar. Dessa forma, nos respaldamos em (CHERVEL, 1990, p. 180), ao refletirmos sobre o fato de que “o problema das finalidades da escola é certamente um dos mais complexos e dos mais sutis com os quais se vê confrontada a história do ensino e seu estudo depende em parte da história das disciplinas”. Entretanto, não nos esquecemos de lançar nosso olhar para o que nos revelam os aspectos culturais da época em que os fatos históricos investigados ocorreram, pois neste sentido, nos orientamos pelo pressuposto de que a História Cultural pode ser descrita ao tomarmos como foco o símbolo e suas interpretações (cf. BURKE, 2004).

O ensino antes da criação do decreto 178 de abril de 1908

Iniciaremos nossas considerações, com uma atenção especial ao desenvolvido na Escola Modelo, a partir de 1896 pelo fato de que foi neste ano que encontramos alguns documentos que tratam sobre a criação da Escola Modelo e do Curso Normal, caracterizando assim o nascedouro da Escola Normal de Natal, foi neste ano que o diretor da instrução pública recomenda a construção de uma sala de aula no prédio do colégio Atheneu para o funcionamento da Escola Modelo “Para melhor e regular funcionamento das aulas e mesmo para estabelecimento de gabinete e laboratório de física e química, é necessário o preparo de mais algumas salas, devendo uma d’ellas ser destinada à escola–modelo” (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 6).

Nessa época as condições do ensino público eram consideradas insatisfatórias, com os piores resultados referentes ao ensino primário, como por exemplo, o fato de que os alunos não prestaram exames finais, pois “não havia alunos habilitados para exames, dando lugar a isso muitas causas.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 2)

Deste modo, uma forma de melhorar o ensino primário, seria investir na formação do professor na Escola Normal. “É o único meio de melhorar a sorte da instrução, esse preparo dos futuros mestres.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 6)

Foi nesta época que Normal de Natal funcionou por um curto período, no prédio da escola Atheneu. No relatório de 1896, consta que foram matriculados para cursar o 2º ano, os alunos Pedro Alexandrino dos Anjos e Pedro Gurgel do Amaral. Porém, a escola não chegou a funcionar por muito tempo formando apenas três professores. No ano de primeiro ano de funcionamento da Escola Modelo, 1897 foram matriculados 20 alunos.

Em favor da melhoria da instrução pública uma das ações posta no relatório diz respeito à organização de material didático para as aulas de Aritmética¹⁰², pois encontramos em um dos relatórios investigados a seguinte menção: Sobre livros didáticos, adaptou em reunião de 20 de abril último, para o ensino inicial de Aritmética nas escolas públicas do Estado, a obrinha <Exercício de Numeração> do Dr. Pinto de Abreu. (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 1).

¹⁰² O ensino de matemática nessa época era distribuído em Aritmética, Geometria e Desenho, pois a Matemática não se constituía ainda como uma disciplina escolar. Portanto, ao falarmos em Matemática, neste artigo estamos tratando dessas disciplinas escolares.

Francisco Pinto de Abreu nasceu na Paraíba e se formou em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Veio para o Rio Grande do Norte em 1895, convidado por Augusto Tavares de Lyra, sendo indicado pelo amigo ao governador Pedro Velho que o nomeou diretor da Instrução Pública Estadual e do Atheneu, de onde saiu para ser juiz de Direito da comarca do Ceará-Mirim, voltando a dirigir o Atheneu e a Instrução Pública outras vezes. Destacou-se como o gestor que reorganizou o ensino em moldes modernos, na segunda administração de Alberto Maranhão, de cujo governo também foi secretário¹⁰³.

É importante mencionar, ainda, que Francisco Pinto de Abreu foi Lente de Matemáticas e de Francês, no Colégio Ateneu Norte-riograndense e seu Diretor desde 1901. O professor Pinto de Abreu, baseado em Pestalozzi, pregava os princípios do método intuitivo no ensino primário, embora jamais tenha vivenciado o curso de Pedagogia, que àquela época ainda era pouco desenvolvido. Mal se falava até então de Spencer, Pestalozzi, Froebel, Montessori, Herbart, autores conhecidos naquela época.

Foi nos livros "Exercícios de Numeração" e "Leituras Primárias" que os trabalhos didáticos do professor Pinto de Abreu manifestou-se como autor, revelando acentuado talento para o magistério, através dos métodos que lhes imprimiu¹⁰⁴.

Quanto aos livros didáticos utilizados no Curso Primário, encontramos os seguintes:

CADEIRA	LIVRO BASE
Leitura e Escripta	Collecções Felisberto de Carvalho e Hilário Ribeiro
Arithmetica	Exercícios de Numeração de Pinto de Abreu e Arithmetica Primária de Trajano
Geographia	Mappas Moraes de Olavo Freire e Geographia Atlas de Couterier tradução de Moreira Pinto
Instrução Moral e Cívica	Coração de F. de Amicis e a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Norte. America de Coelho Netto.
História do Brazil	Compendio de Lacerda
Desenho Linear	Compendio de Abilio
Lingua Nacional	Gramática Elementar de João Ribeiro
Música	Cânticos Escolares de Menezes Vieira
Gymnastica	Gymnastica Escolar de Borges
Calligraphia	Cadernos de Escripta de Adler's

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 1897.

¹⁰³ Ver <http://www.historiaegenologia.com/2010/05/dr.html>: Francisco Pinto de Abreu. <Acesso em 20/12/2013>.

¹⁰⁴ Ver Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Volumes LVI-LVII-LVIII, Anos 1964, 1965 e 1966. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971, p. 51-59.

De acordo com o relatório de 1899 do diretor da instrução pública, Manoel Dantas, no ano de 1898 a Escola Normal contava com a matrícula de três alunos e a Escola Modelo por falta de professor que foi nomeado e não compareceu para assumir o cargo, teve seu ensino interrompido. Neste ano o Curso Profissional que era dado pelo “Curso Normal” concedeu o diploma de mestre a apenas aos alunos Pedro Alexandrino dos Anjos e Pedro Gurgel do Amaral. Pelo visto o número de alunos foi bem limitado em relação às expectativas. Nos relatórios de 1900 a 1906 não aparecem resultados do Curso Normal. Ao que parece, o ensino foi interrompido nesse período.

O ensino após a criação do decreto 178 de abril de 1908

Em 1908, o decreto governamental nº 178, publicado em 02 de maio no jornal A República criou uma nova Escola Normal. Este fato previa reorganizar o ensino público do estado, visto que, além da criação da Escola Normal, a Escola Modelo foi reorganizada para o preparo dos futuros professores, alunos da Escola Normal.

A reforma da Instrução Publica do estado auctorizada pela lei no 249 de 22 de Novembro de 1907, iniciou-se com o decreto no 178 de 29 de Abril [...] e vai produzindo os effeitos desejados. Restabeleceu-se a Directoria Geral, que já preencheu toda a parte technica, [...]. Funciona proveitosamente o grupo modelo, com a frequencia extraordinaria de duzentos alumnos, em cujas classes praticam os futuros mestres. A Eschola Normal, que conta sessenta e sete estudantes de ambos os sexos, dar-nos-á, dentro de um anno, os profissionaes que deverão substituir os directores e mestres contractados para a instrucção primaria (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 8).

No cenário local no início do século XX, a exemplo de outras capitais da federação, Natal/RN passou por diversas mudanças. A sede do governo do estado mudou da rua do Comércio (atual rua Chile, no bairro da Ribeira) para o Palácio Potengi. A cidade cresceu, surgindo novos bairros como o de Cidade Nova (mais tarde Petrópolis e Tirol) e do Alecrim. (cf. DIAS, 2003, p. 56).

Nessa época Pinto de Abreu foi, então, chamado pela segunda vez para a direção da Instrução Pública a 1º de julho de 1908 permanecendo até 1910. Ele próprio assumiu a direção da Escola Normal, trouxe do Rio de Janeiro o professor Ezequiel Benigno de Vasconcelos Júnior, para assumir a direção do Grupo Escolar Augusto Severo, onde se

havia de processar a experimentação dos novos métodos de ensino e realizar a prática dos normalistas.

A partir das citações dos documentos, mencionados anteriormente, podemos interpretar que emergia uma preocupação com a preparação de profissionais do magistério que pudessem atuar no ensino primário. Tal necessidade, certamente, emergia da nova organização que passava a ser dada ao ensino primário, como um efeito das novas políticas Educacionais da região.

A Escola Modelo também teve um salto no número de alunos, passando a frequência de duzentos alunos. Para o ensino primário são instalados oito grupos escolares no estado, nos municípios: Natal, Mossoró, Caicó, Acari, Martins, São José, Caraúbas e Serra Negra. Nestes grupos escolares foram matriculados 900 alunos, que receberam o ensino “pelos métodos mais avançados” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 8). No ano de 2010 o estado já contava com um número de doze grupos escolares com a matrícula de mais de mil alunos. Esse avanço deveu-se a reforma do ensino, conforme é relatado pelo diretor da instrução pública Francisco Pinto de Abreu.

A reorganização do ensino publico, que iniciei com o decreto n. 178 de 22 de Abril de 1908, autorizado [autorizado] pela Lei n. 249 de 22 de Novembro do anno anterior, vae proseguindo sua marcha lenta e segura. Foram creados doze grupos escolares, dez dos quaes functional regularmente. Dest’arte recebem instrucção primaria, pelos methodos modernos, mais de mil creanças, graças á solicitude com que as Intendencias municipaes e o Povo em geral têm correspondido ao appello do Governo (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 6).

No tocante a melhoria do ensino primário, é evidenciado no relatório o preparo do professor na Escola Normal, logo no inicio do relatório ao ser mencionado que:

O successo da reforma depende principalmente da preparação pedagogica dos novos mestres; e outro não foi o pensamento do governo expedindo os decretos n. 214 de 26 de Janeiro e n. 233 de 29 de Setembro do corrente anno: aquelle, distribuindo em quatro annos o ensino normal; este providenciando sobre as provas de capacidade dos professorandos. A primeira turma de normalistas que, em numero de vinte nove terminou hontem o curso theorico e pratico, aguarda a rigorosa verificação de suas aptidões para a investidura solemne do magistério. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 6).

Percebemos que a reforma do ensino mudou a estrutura do curso normal. Diferentemente do curso profissional de 1896 que formou apenas três professores, no

ano de 2010 o curso normal formou vinte e nove. Com a formação destes professores a intenção do diretor da instrução pública era “prover effectivamente com professores diplomados, varias das escholâs que hoje são regidas por mestres provisórios” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 6). Em relação ao ensino primário, no mesmo relatório há informação de melhoria de instalações e ampliação da educação infantil.

Na estrutura curricular e a organização do ensino primário e do secundário do Estado do RN previa o acompanhamento do governo, conforme observamos no Decreto nº 214 de 26 de janeiro de 1910, que “Providencia sobre a systematização do ensino publico”. Dispõe a Artigo 4º, estão dispostos que o ensino da Escola Normal acontece em 4 anos e que serão ofertadas 9 cadeiras,

1º - Português e noções de Latim comparado. 2º - Francez pratico e theorico. 3º - Inglez pratico e theorico. 4º - Arithmetica, Algebra e Geometria concreta. 5º - Geographia, Historia do Brazil e da civilização. 6º - Noções de physica, Chimica, Historia Natural e Hygiene. 7º - Pedagogia, Instrução Moral e Civica, Economia Domestica e Legislação Escholar. 8º - Desenho natural, Calligraphia, Trabalhos manuaes e Exercicios Physicos. 9º - Musica. (GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010)

As cadeiras eram distribuídas em quatro anos letivos, nos quais apareciam no 1º ano Arithmetica, Algebra e Desenho, no 2º ano Algebra e Desenho, no 3º ano Geometria Concreta e no 4º ano não eram oferecidas as cadeiras da área da matemática. No relatório de 1911 o diretor da instrução pública considera que houve um melhoramento no ensino, após o decreto 178 de 1908, “[...]do velho systema escholar, desmantelado havia muito pelos golpes da critica aucotizada, assentou de vez em bases firmes a instrucção popular em nossa terra (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 1).

Neste ano já haviam 16 grupos escolares em diversos municípios do estado atendendo a mais de duas mil crianças. E, a Escola Normal funcionava regularmente e “recebe instrução especial, com a prática complementar no grupo Escolar Modelo Augusto Severo, 50 candidatos ao magistério primário”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 8). No ano de 1912, o estado já contava com 23 grupos escolares.

Na Escola Normal, no ano de 1912 foram matriculados 87 alunos ao preparo de professores primários “cuja falta é bastante sensível”, atuando no ensino primário mestres provisórios e mesmo não diplomados alguns destes docentes são “zelosos e hábeis que fazem milagre de dedicação.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1912, p. 7).

Merece destaque no relatório de 1913, a importância dada ao conhecimento de outros sistemas de ensino por parte dos dirigentes, para aplicabilidade no estado com o intuito de melhorar o ensino público: “Comissionei o director da Escola Normal, dr. Nestor dos Santos Lima, para observar os melhoramentos introduzidos na technica do ensino primario e normal do Rio de Janeiro e São Paulo, afim de applical-os nos estabelecimentos afficiaes do estado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 14).

A primeira grande reforma no ensino se deu em 1916 e após esta apenas em 1938. A reforma de 1916, diz respeito a lei estadual 405 de 29/11/1916, publicada na parte oficial do jornal A República em 29/12/1916, o ensino passa a ser organizado em três níveis infantil e primário, secundário e profissional. Sendo o ensino primário da responsabilidade dos grupos escolares e das escolas isoladas, o ensino secundário da responsabilidade do Atheneu Norte-riograndense, com regulamento que se equipara ao Colégio Pedro II e o ensino profissional da responsabilidade da Escola Normal. A reforma de ensino de 1916 caracterizou-se não só por reorganizar o sistema de ensino norte-rio-grandense, mas “por imprimir uma articulação entre o ensino primário e o normal, nos seus diversos aspectos, ou seja, na organização dos programas, no currículo e, principalmente, na metodologia de ensino” (AQUINO, 2002, p. 46).

O estudo de Pedagogia, que buscava a compreensão do comportamento infantil, foi introduzido na Escola Normal de Natal por iniciativa do professor Nestor dos Santos Lima na cadeira de Pedagogia, “Ele tomou essa decisão à partir de suas observações na Escola Normal secundária de Campinas em 1913” (AQUINO, 2002, p. 71). Sendo esta disciplina introduzida no currículo do ensino normal através do regulamento de 1922. Com este regulamento outras matérias sofreram alterações tanto na nomenclatura como nos conteúdos e objetivos. À matéria de Aritmética foram acrescentados os estudos de noções de Álgebra, e à de Música, os princípios de solfejo. (AQUINO, 2002, p. 73).

Sobre a organização das disciplinas na Escola Normal, o documento datado de 1916, expõe a distribuição das disciplinas em três anos de ensino. Acreditamos que a estrutura curricular presente neste documento já se impõe como reflexo da lei estadual 405. Percebemos essa distribuição de disciplinas em documento (horário de aulas) registrado em livro de relatórios da Escola Normal, datado de 1916, p. 21. que a Aritmética no 1º ano detinha uma carga horária maior que outras disciplinas, ou seja, de 3 horas semanais, em seguida português, francês e geografia com 2 horas, cada uma e

álgebra, desenho e trabalhos manuais com 1 hora cada uma. No segundo ano, a prioridade se dá na disciplina de pedagogia com 3 aulas semanais, em seguida tinha português e francês com 2 aulas semanais cada uma. Depois inglês, geografia, física, química, álgebra e desenho com apenas uma aula semanal cada uma. A Aritmética não era trabalhada no 2º ano e as disciplinas da área de matemática já não eram trabalhadas no 3º ano, prevalecendo a disciplina pedagogia com 3 aulas semanais.

Já em 1917 os conteúdos destinados a Aritmética são distribuídos no 1º e no 2º ano do curso, como se refere o relatório do diretor da Instrução pública Manoel Dantas datado de 1917 descreve os seguintes:

ANO DE ENSINO	CONTEÚDOS E MÉTODOS
1º ANO	Duas lições por semana, empreendendo os princípios fundamentais sobre inteiros e sobre decimais, a divisibilidade, máximo divisor comum, e mínimo múltiplo comum, os números primos, as frações ordinárias: variação, comparação, redução ao mesmo denominador, simplificação e quatro operações; conversão de fração ordinária em decimal, finita ou infinita; dízimas periódicas, quadrados e raiz quadrada; sistema métrico decimal. Resolução de problemas adequados que se refiram o mais possível a assunto da vida comum.
2º ANO	Uma lição por semana, sobre razões e proporções, gradezas direta e inversamente proporcionais, regra de três, regra de companhia; noções de câmbio e das principais moedas nacionais e estrangeiras com as respectivas conversões. Metodologia da aritmética na aula primária com o seu caráter educativo ou geral e caráter instrutivo ou particular. Problemas práticos que despertem interesse na utilidade imediata e exercitem os alunos atendidos.

Fonte: Quadro elaborado com dados obtidos no livro de atas encontrado no Arquivo Público do Estado do RN, de 1917.

Percebemos que os conteúdos de Aritmética propostos para o Ensino Normal têm uma relação direta com os propostos para o Ensino Primário, visto que estes se aplicam aos anos iniciais e finais do curso primário. A reforma do ensino de 1916 procurou dar ênfase ao ensino na Escola Normal de modo a articular este ensino com o ensino primário e pelo que observamos neste quadro, não só os conteúdos estão articulados, mas algumas orientações aos métodos propostos no 1º ano “Resolução de problemas adequados que se refiram o mais possível a assunto da vida comum” e no 2º

ano “Problemas práticos que despertem interesse na utilidade imediata e exercitem os alunos atendidos”.

Em outra época, o ato no 51 do Diretor Geral do Departamento de Educação do estado do Rio Grande Norte, de 1925, publicado no jornal *A República*, resolve expedir e mandar observar o regimento interno, programas e horários dos grupos escolares. No referido ato de no 51 acompanhava informações segundo as quais os cursos de primeira classe a Aritmética deveriam ter como programa:

Noções concretas de unidades e quantidades. Contar de 1 a 10 e a 100. Escrita e leitura simultânea de algarismos arábicos. Pequenos rudimentos do cálculo por meio de tórnos, cubos, palito ou do contador mecânico. Uso formação e leitura de números por meio de tórnos ou palitos, ou riscos no quadro negro; idem, idem, dos signos de somar, diminuir, multiplicar, dividir e igualdade, praticamente. Leitura dos mapas de Parker¹⁰⁵. Cópia e resolução oral e escrita dos cálculos dos mapas de Parker. Problemas de operações fundamentais. (RIO GRANDE NORTE, 1925)

Percebemos que esse programa da primeira classe tem algumas semelhanças com programas da mesma época de outros estados do país, como é o caso do Paraná, no ano, citado por Oliveira (2011), em que as quatro operações de 1 a 10, o estudo prático das quatro operações feito por meio de objetos, correspondendo a problemas dados pelo professor, leitura do mapa de Parker, dentre outros. A autora menciona que o programa era baseado no programa adotado pelo estado de São Paulo, o que talvez justifique a semelhança com o programa seguido pelo ensino primário do Rio Grande do Norte.

Concluimos que, no Rio Grande do Norte e mais especificamente em Natal, as informações históricas presentes em documentos, e mesmo na memória social, têm nos possibilitado apontar alguns aspectos acerca das trajetórias desses saberes matemáticos no processo de formação de professores do ensino primário na Escola Normal de Natal no início do século XX. E nossa reflexão acerca da importância de se investigar e escrever essa parte da História pode contribuir para que melhor se compreenda o

¹⁰⁵ As Cartas de Parker constituem um conjunto de gravuras cujo fim é o de auxiliar o professor a conduzir metodologicamente o ensino, sobretudo, das quatro operações fundamentais. Junto de cada gravura há uma orientação ao professor de como deveria dirigir-se à classe de modo a fazer uso de cada uma delas e avançar no ensino da aritmética. As Cartas de Parker são divulgadas inicialmente através da Revista de Ensino, no ano de 1902. A partir das *Cartas* publicadas em diferentes números da Revista de Ensino, surgiram os *Mapas*, como material didático-pedagógico para serem utilizados nas salas de aula em São Paulo (Cf. VALENTE, 2010).

desenvolvimento da cultura matemática no Rio Grande do Norte e da formação matemática das educadoras naquele período.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Luciene Chaves de. *A Escola Normal de Natal (1908 – 1938) — Defesa 25/02/2002* (Dissertação). Natal, UFRN, 2002.

BURKE, Peter, 1937. *O que é história cultural?* Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

Decreto nº 178 de 29 de Abril de 1908, do governador Alberto Maranhão publicado na parte oficial do diário A República em 02 de maio de 1908.

Decreto nº 214 de 26 de janeiro de 1910, publicado no jornal A República em 1910.

DIAS, Eliane Moreira. *A educação feminina no estado do RN na década de 1920*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003. Defesa 20/02/2003.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 1, jan/jun 2001.

RIO GRANDE DO NORTE. *Escola Normal de Natal. Livro de Relatórios da Escola Normal de Natal*, 1916, p. 21

RIO GRANDE DO NORTE. *Escola Normal de Natal. Livro de Relatórios da Escola Normal de Natal*, 1911, p. 21. (manuscrito).

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Presidente Joaquim Ferreira Chaves Filho. Mensagem ... 15 de Julho de 1896*.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Presidente Joaquim Ferreira Chaves Filho. Mensagem ... 14 de Julho de 1897*.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Presidente Joaquim Ferreira Chaves Filho. Mensagem ... 14 de Julho de 1899*.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem .01 de novembro de 1909*.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ... 01 de novembro de 1910*.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ...
01 de novembro de 1911.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ...
01 de novembro de 1912.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ...
01 de novembro de 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei 405 estadual de 29/11/1916, publicada na parte oficial
do jornal A República em 29/12/1916

VALENTE, Wagner Rodrigues. Lourenço Filho, As Cartas de Parker e as
Transformações da Aritmética Escolar. UNIFESP, 2010.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. O ensino da aritmética nas escolas do Paraná na
primeira república. In: Zetetiké – FE/Unicamp – v. 19, n. 36 – jul/dez 2011.